

CORPO NEGRO E A PRODUÇÃO DA DIFERENÇA: BIOPOLÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Camila Francisca da Rosa

Carlos Augusto Ferreira Kopp

Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (camilafdarosa@gmail.com e
carloaugustofk@gmail.com)

EDI: Corporeidades, Diversidade e Diferença

RESUMO: Historicamente o sujeito negro fez e foi uso de seu corpo; Da escravidão, como venda da força física, às teorias biodeterministas, que se apoiavam em características também corporais, até as afirmações seja da diversidade ou da diferença que utilizam o corpo (a cor) como marcação identitária, cultural e social. Assim, o artigo objetiva analisar como os sujeitos negros constituem seus corpos como tensionadores das relações étnico-raciais no Brasil. Como corpus discursivo da pesquisa selecionamos memes que circulam nas redes sociais e serão problematizados a partir das ferramentas foucaultianas de governo biopolítico, bem como o conceito de diferença enquanto construção social e imbricado em relações de poder. Interessa-nos analisar os novos discursos e verdades produzidos acerca do sujeito negro no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: raça; diferença; mídia; biopolítica.

Introdução

Problematizar as relações étnico-raciais no Brasil implica, em um primeiro momento, conceber a importância que o corpo desempenhou nos processos de marcação, diferenciação e hierarquização das raças. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, em que o modelo do “*one drop rule*” impera na construção das relações, ou seja, “os tipos humanos entre “brancos” e “pretos” são identificados a partir de um cromatismo *ad infinitum*, não é a cor nem a aparência física de fato que pautam as classificações e sim a regra de sangue” (SILVA, 2007, p. 72-73).

No Brasil a identificação e, tão logo, a produção dos pertencentes e não pertencentes, do “nós” e do “outro” ocorre pela marca do corpo, especificamente, pela cor da pele. Não sem sentido que desenrolou-se aqui uma história tão peculiar em que o corpo negro foi constituído e hoje ainda produz a diferença.

Usos do corpo negro: breves considerações

Começamos a problematização deste trabalho contando-lhes uma pequena lenda, publicada em 1887, no Jornal “A Província do Espírito Santo”, intitulada a Lenda da criação do preto”:

No tempo da criação do mundo, Satanás vendo o Padre Eterno criar Adão, de um pedaço de barro, quis também fazer o mesmo. [...] Satanás pegou um pedaço de argila, deu-lhe as mesmas voltas que vira dar-lhe Deus, e depois insuflou-lhe a vida num sopro. Mas com grande espanto e com grande raiva sua, esse bocado de barro, com tudo mais o que ele tocava, ficou negro: - o seu homem era um homem preto.

“Cada linha do relato aprofundava o desprezo pelos negros como uma narrativa natural” e a lenda prosseguia:

“Ali ao pé corria límpido e transparente o branco rio Jordão. Satanás teve uma ideia, levar o seu homem para lhe tirar a negrura. [...] E [Satanás] pegou nele pela cintura como se pega num cachorro e mergulhou-o no rio. Mas as águas do Jordão afastaram-se imediatamente, enjoadas com aquela negrura, e o homem de Satã, o primeiro negro, apenas mergulhou os pés e as mãos no lodo. E por isso só as palmas das mãos e dos pés ficaram brancas. [...] O desgraçado preto pediu misericórdia, e Satanás, passado o primeiro momento de fúria, compreendendo que no fim das contas o negro não tinha nenhuma culpa de ser assim, teve dó dele, arrependeu-se de repente do seu gênio e acariciou, passando-lhe a mão pela cabeça. Mas a mão do diabo queima tudo em que toca: crestou o cabelo do negro como se os seus dedos fossem ferro de frisar. E foi daí que o preto ficou com carapinha (SILVA, 2017, p. 187-188-189).

É importante notar que, além de impactante, essa lenda foi publicada no ano anterior a abolição da escravatura no Brasil (1888), ou seja, é possível pensar o quão problemático e tenso foi o processo de liberdade dos negros escravizados. Outro ponto fundamental é exemplificar e problematizar como no Brasil o corpo constituiu-se como marcador identitário, étnico, como marcador de lugar e de ordenamento.

A lenda, mais do que uma simples publicação dominical, reflete o cenário produzido pelos intelectuais e estadistas brasileiros a partir das teorias bioderministas do século XIX, oriundas da Europa. A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz assinala que “o termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos.” (1993, p. 47). Para a autora, na obra *O espetáculo das raças* (1993), o discurso racial conviria para estabelecer a linha de cidadania, a partir da nova configuração dos estados-nação, que se definiria pelas determinações biológicas e não pela escolha livre do indivíduo. Portanto, há uma relação entre as teorias racistas e o discurso do poder (FOUCAULT, 2010) que produziram estratégias de marcação, classificação e separação entre as raças superiores e as tidas como inferiores. Ou mesmo o que Foucault considera as cesuras de domínio biológico a fim de subdividir a espécie, ou seja:

no contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 2010, p. 214).

Ou como coloca Gadelha (2013, p. 107):

o verdadeiro combate a ser travado não é aquele entre duas raças, mas sim o de uma raça privilegiada – considerada como a única e autêntica raça, que detém o poder e é titular da norma – contra todos os outros segmentos sociais que ameaçam biologicamente essa sua pureza e essa sua autenticidade, comprometendo seu futuro e seu patrimônio biológico.

Atestada pela legitimidade científica, a biologia é condição de possibilidade para a elaboração das teorias raciais e a cor da pele aparece como critério para a classificação de raças. À exemplo, a classificação do naturalista Carl Lineu (1701-1778):

(1) *Europaeus albus*: engenhoso, inventivo; branco, sanguíneo. É governado por meio de leis. (2) *Americanus rufus*: contente com sua sorte, amante da liberdade; moreno, irascível. É governado pelos costumes. (3) *Asiaticus líridos*: orgulhosos, avaro; amarelado, melancólico. É governado pela opinião. (4) *Afer níger*: astuto, preguiçoso, negligente, negro, fleumático. É governado pela vontade arbitrária de seus senhores (HOFBAUER, 2006, p. 104).

Tomemos ainda o exemplo do criminalista italiano, Cesare Lombroso, que atestava ser possível classificar, através de técnicas de antropometria, o indivíduo apto a se tornar um criminoso a partir de suas características físicas. Características essas que remetiam aos povos, na sua maioria, oriundos do continente africano. Não sem sentido, recaem ainda hoje sobre os negros o maior índice de criminalidade e perseguição policial em função do estereótipo do criminoso nato.

Assim, no Brasil o negro quando passa de escravizado a sujeito liberto estará envolto em teorias acerca e por causa de sua cor. Ocorre que nesse país o fenômeno da mestiçagem já era um problema que merecia atenção e o processo assimilacionista foi se intensificando nas políticas estadistas. O incentivo as relações interracialis proporcionariam um branqueamento gradual da população, um projeto que positiva a mestiçagem, acreditando que a superioridade branca prevaleceria sobre as degenerescências dos negros. Segundo Silva (2007, p. 85), “a idéia de nação está embasada pela assimilação ou exclusão das diferenças”, e este foi o processo instaurado no Brasil nos anos 20 e, sobretudo, na década de 30, assim, lidou-se no Brasil com a diferença da população pelo viés da diversidade. Um contexto entendido pela desracialização legitimada em prol da nacionalidade.

Para Schwarcz (2012), o mestiço vira ícone nacional através de um processo de desafricanização da cultura, que será simbolicamente branqueada. Exemplos: a feijoada, de comida de escravo a prato nacional (entre outros alimentos); a capoeira, considerada crime no código penal de 1890, passa a partir de 1942 a ser considerada modalidade esportiva; o samba é assumido como canção da brasilidade, e o carnaval se populariza; os candomblés são liberados, em 1938; o futebol

associado aos negros torna-se o esporte de maior representatividade no país; neste mesmo período a santa negra, Nossa Senhora Aparecida, é eleita padroeira do Brasil. Getúlio Vargas ainda intensificou as comemorações da Abolição da Escravatura (13 de maio) e instituiu o emblemático Dia da Raça, a saber dia 30 de maio. Logo, essas políticas de Estado que assimilaram a cultura negra e mestiça têm, portanto a função de, como escreve Veiga-Neto, “trazer essas múltiplas cabeças para bem próximo, incluí-las e ordená-las num novo e cada vez maior e mais matizado campo de saberes” (2001, p. 114), ou mesmo agem como modo de minimizar as marcas de anormalidade – marcas muitas vezes especificadas no corpo.

Corpo, raça e biopolítica: a produção da diferença

Ocorre que essa desracialização envolta no mito da democracia racial, ou seja, na ideia do não-racismo, vai em fins da década de 70 e início dos anos 80 virar alvo de crítica do movimento negro que se organiza. Isso implica que, para além da luta por compensação histórica, o Movimento Negro Unificado promove o diferencialismo como marca das relações raciais contemporâneas.

Neste sentido, as narrativas nacionais são revistas pelo MNU, indo da noção de não-conflitualidade racial para a tomada de consciência de uma identidade negra, “com olhos voltados para a África e para os negros da diáspora decorrente da escravidão colonial, marcados pelo passado comum de escravidão, opressão e racismo” (TRAPP; SILVA, 2010, p.92). Desta forma, o uso sociológico da raça será empregado como elemento de organização e reivindicação por parte do Movimento.

Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 101-2).

A partir da década de 80, o discurso de vínculo com a África gera uma série de enunciados em torno da construção da identidade negra, que repercutem, não só pela via estatal, mas culturalmente, implicando em novas concepções estéticas, corporais, na musicalidade e na recolocação de novos espaços públicos. Segundo Woodward (2014), há uma relação entre a identidade do grupo e as condições sociais e materiais, que podem interferir tanto para marcá-lo como tabu ou como meio de autoidentificação de seus membros.

É, nesse sentido, que propomos a análise dos chamados *memes* de internet, que circulam em redes sociais e nos mais variados perfis e páginas, produzindo novas verdades em relação aos sujeitos negros e novos jogos de poder – de produção da diferença. Pois o que nos é válido entender a distinção dos termos diversidade e diferença, em que a primeira “é entendida como uma característica das

sociedades modernas a ser aceita e tolerada, ao passo que a diferença é uma construção social, política, histórica e linguística imbrincada em relações de poder que afetam a cada um e a todos nós” (THOMA, 2004, p. 1). O racismo cordial que nos é comum está implicado na armadilha multiculturalista da diversidade cultural e da tolerância. Aliás, segundo Bhabha (2013), a diversidade cultural localiza-se em um campo que afirma culturas totalizadas ou mesmo intocadas, ao mesmo tempo em que diferencia, discrimina e produz um jogo de forças.

O campo da diferença pode ser problematizado a partir das seguintes imagens:

Figura 1:



Figura 2:



Figura 3:



Figura 4:



Ambos os *memes*, fonte do *facebook* ou *instagram*, remetem a relação do “eu” com o “outro”. Duschatzky e Skliar observam que os modos de traduzir o outro estão atravessados “por uma busca permanente de eufemismos, melhores (ou piores) formas de denominar a alteridade” (2001, p. 122) e de manter relações de poder. Quando tais imagens circulam acarretam a produção de novas narrativas – o “outro” falando de si mesmo e problematizando suas vivências.

Isso coloca o corpo negro na condição da diferença e no campo das problematizações. Rompe com a diversidade que advém de uma promessa multi/intercultural, e até mesmo como prefere chamar Skliar (2003, p. 28), uma promessa talvez até fictícia, que para ele gerou “a ilusão – não sei, nem me importa sabê-lo, se honesta ou desonesta, se sincera ou hipócrita – de que poderíamos estar todos juntos de uma vez e para sempre, finalmente, agora mesmo, sem sequer olhar uma só vez e para trás, sem remorsos, sem desculpas, sem arranhões”.

Enquanto na diversidade o sujeito negro precisa se despír da sua diferença na contemporaneidade se exige a legitimação dessa. São novos efeitos de subjetivação que produzem o contato com o outro sobre um novo viés que merece atenção do seu desenrolar, até mesmo porque, esse contato nem sempre foi pacífico, mas que se cercou do discurso democrático racial.

Referências

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo (online). 2007, vol.12, n.23, p. 100-122.
- DUSCHATZKY, Silvia. SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos (org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp: 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, Mozart Linhares. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- SILVA, Juremir Machado. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2017.
- SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TRAPP, Rafael P. e SILVA, Mozart L. *Movimento Negro no Brasil Contemporâneo*. Revista Jovem Pesquisador, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, J. & SKLIAR, C (org.). *Habitantes de Babel: políticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: (org.) SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.